



## Desenvolvimento e dependência, uma revisão feminista

**Beatriz Aguiar**

Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Mestranda em Ciência Política

aguiarr.beatriz@gmail.com

**Resumo:** Nas regiões de herança escravista e colonial, o estruturalismo e a teoria da dependência são desdobramentos interessados em gerar o “desenvolvimento” de maneira particular às necessidades e à organização social de cada país, reconhecendo a dinâmica de poder entre os Estados globais. À literatura desenvolvimentista, no entanto, faltavam interpretações que inserissem a questão de gênero nas relações de produção sociais. O objetivo deste texto é realizar uma revisão teórica dos cânones das teorias do desenvolvimento em diálogo com abordagens feministas. Para tanto, analisa-se textos de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Ruy Mauro Marini, Veronica Gago e Margarita Aguinaga *et al.* Na primeira seção, uma avaliação do estruturalismo furtadiano na obra “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”. Não é objetivo rejeitar por completo o arcabouço teórico e histórico do autor, principalmente devido à riqueza na construção dos argumentos. A segunda seção ficará a cargo de inserir na avaliação dos autores um viés feminista, pelo qual a reprodução sexual do trabalho e a responsabilidade pelo cuidado com distinção de gênero são inseridas na redoma da reprodução social, na visão econômica das sociedades capitalistas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; dependência; feminismo; Veronica Gago; Celso Furtado.

### Introdução

O termo “desenvolvimento” está presente no debate sociológico e econômico por muitas décadas. Um grande símbolo desse processo é a persistência histórica em reconhecer os países como “desenvolvidos” ou “subdesenvolvidos”/“em desenvolvimento”. No caso das nações colonizadas, a dinâmica responsável pelo movimento da história possui traços distintos e exclusivos referentes aos séculos de extrativismo e violência pelos quais passaram as populações nativas e escravizadas nesses territórios ao longo dos anos.

Para Caio Prado Júnior (2021), por exemplo, a problemática brasileira se centraliza essencialmente em torno do “desenvolvimento” (2021). No teórico marxista, o conceito refere-se a uma condição elementar para assegurar ao país e à generalidade do povo conforto e bem-estar material e moral que a civilização e a cultura modernas são capazes de oferecer (Prado Júnior, 2021). Mas a teoria do desenvolvimento é um desdobramento da teoria sobre os ciclos econômicos, cujo impacto na vida das sociedades modernas tem importância e significação

conhecidas (Prado Júnior, 2021). É a partir desse momento histórico, com profunda continuidade desde a extensa e irreversível colonização do território brasileiro (Prado Júnior, 2021), que o conceito de desenvolvimento precisa se dedicar.

A proposta deste trabalho é realizar uma revisão modesta e feminista das teorias socioeconômicas da segunda metade do século XX, derivadas da questão do desenvolvimento. O Estruturalismo é uma linha da economia heterodoxa, que reconhece os obstáculos estruturais de uma determinada nação para atingir o crescimento econômico. Por isso, é fundamental identificar, mapear e estudar os dilemas estruturais para resolvê-los de maneira focalizada e adequada a suas determinadas características. Derivada dessa escola de pensamento e mais sociológica, a teoria da dependência aponta a dificuldade para o desenvolvimento ocorrer em países da periferia do capitalismo global, pois estes se encontram em uma dinâmica de subordinação comercial, social e ideológica diante dos países do centro, além de serem fundamentais na manutenção do desenvolvimento desses locais. A proposta dos autores dessa redoma teórica é reconceituar o desenvolvimento de uma maneira pela qual se respeitaria as especificidades das estruturas sociais e o que delas se espera, sem um olhar voltado, necessariamente aos objetivos desenvolvimentistas dos países do primeiro mundo.

Este ensaio está dividido em duas seções. Na primeira, uma avaliação do estruturalismo furtadiano na obra “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”. Não é objetivo rejeitar por completo o arcabouço teórico e histórico do autor, principalmente devido à riqueza através da qual os argumentos são construídos. Em vez disso, busca-se estabelecer um diálogo entre o pensamento estruturalista de Celso Furtado e a crítica dependentista dos economistas Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Ruy Mauro Marini. À vista disso, a segunda seção ficará a cargo de inserir na avaliação dos autores um viés feminista, pelo qual a reprodução sexual do trabalho e a responsabilidade pelo cuidado com distinção de gênero são inseridas na redoma da reprodução social, a saber, na visão econômica das sociedades capitalistas.

## **1 Estruturalismo e dependência, diálogos entre cânones**

A teoria do desenvolvimento tem por objetivo, segundo Furtado (2009), mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma economia. A preocupação dele, nesse contexto, é realizar uma revisão da interpretação puramente econômica do desenvolvimento. Sendo assim, a intenção desta seção é mergulhar no texto através do qual Furtado elabora uma avaliação histórica do

crescimento industrial e insere o termo “subdesenvolvimento” à chave analítica dos desdobramentos na periferia do capitalismo. Em seguida, explorar a crítica de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto ao “dualismo estrutural”, e a proposta de um tipo de integração social das classes e grupos como os principais condicionantes do processo de desenvolvimento. Por fim, estimula-se um debate entre os autores mencionados e a dialética da dependência de Ruy Mauro Marini.

### *1.1 As estruturas do desenvolvimento e suas implicações, Celso Furtado (1961)*

No capítulo 4 de “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”, editado no início da década de 1960, Celso Furtado se debruça nos elementos constitutivos do que virá a ser sua “teoria do subdesenvolvimento”. Para tanto, examina o nascimento e a disseminação das sociedades industriais na Europa e a relação delas com as colônias. Antes da Revolução Industrial, diz Furtado, o lucro consistia na apropriação direta de bens e serviços à disposição da coletividade (Furtado, 2009, p. 149). O princípio de oferecer a mercadoria a “um preço inferior ao que prevalece no mercado” (Furtado, 2009, p. 149) era verdadeiro nas primeiras etapas de transição entre as economias pré-industriais e a industrialização têxtil. Logo, a primeira etapa da Revolução Industrial concentrava-se no lado da oferta, para reduzir os custos dos produtos de qualquer maneira. À segunda etapa, no entanto, somou-se a igual preocupação com a procura de mercadorias, e o investimento em bens de capital resultou na aceleração do crescimento econômico (Furtado, 2009, p. 151).

A generalização do trabalho assalariado pós-Revolução, chamada por Furtado de “oferta elástica de mão de obra” (Furtado, 2009, p. 154), ditou o ritmo de aumento da capacidade produtiva da indústria de bens de capital. A principal consequência desse processo, então, é uma forma determinada de distribuição da renda entre os países do mundo, ou seja, quanto maior a participação na distribuição de renda, maior a participação dos lucros industriais na renda total, o que desencadeia um desenvolvimento desigual entre as nações. Nas palavras do autor,

[...] se se admite que o consumo das classes de altas rendas é regulado por fatores institucionais e pouco afetado por modificações de curto prazo no nível da renda global, e que o consumo dos assalariados é determinado pelo nível de sua renda corrente, apresentando-se praticamente nula sua capacidade de poupança, cabe concluir que o máximo consumo real da classe assalariada tem a determiná-lo, por um lado, a oferta total de bens e serviços de consumo e,

por outro lado, o nível do consumo das classes não assalariadas (Furtado, 2009, p. 154).

A tese defendida por Celso Furtado, fundamental para este trabalho, é que qualquer movimentação dessa magnitude acarreta modificações na distribuição de renda, “provocando reações dos grupos sociais interessados” nessas mudanças (Furtado, 2009, p. 155). A produção dos bens de consumo, por sua vez, levou à redução “relativa da produção de bens de capital”, o que impactou na distribuição de renda a favor dos assalariados – já que é preciso poder de compra assegurado aos cidadãos para a manutenção do mercado – e, em igual medida, na taxa de lucro (Furtado, 2009, p. 156). O aumento da mecanização e da tecnologia nas economias industriais fez com que houvesse um desequilíbrio fundamental entre a produção de bens de capital e a absorção desses produtos. Nesse sentido, com a queda da capacidade de produção dos bens de capital e a baixa dos preços dos bens de consumo, o salário pôde ser elevado e tal tendência incidu sobre as indústrias de bens de capital com baixa rentabilidade (Furtado, 2009, p. 157).

Segundo Furtado, o cenário industrial da Europa no século XVII causou uma ruptura mundial e condicionou o desenvolvimento econômico em todo o restante do planeta (Furtado, 2009, p. 160). É importante, nessa caracterização, identificar as três direções distintas para as quais esse “núcleo dinâmico” direcionou as economias nacionais. A primeira delas marca a linha de desenvolvimento, dentro da própria Europa ocidental, no quadro das divisões políticas que haviam se cristalizado na etapa mercantilista, com duas implicações: a elasticidade da mão de obra e a reorientação da tecnologia ligada ao esgotamento da oferta de mão de obra do período pré-capitalista (Furtado, 2009). A segunda direção refere-se ao deslocamento da economia industrial para além das fronteiras da Europa, cuja força impactou os meios de transporte marítimos e levou a uma verdadeira “revolução” (Furtado, 2009). A terceira distinção identifica a expansão da economia industrial europeia às regiões já ocupadas por sistemas econômicos seculares, variados e pré-capitalistas, chamadas pelo autor de “estruturas arcaicas” (Furtado, 2009, p. 161). É vital compreender o relacionamento entre o crescimento do capitalismo na Europa nos séculos XVII e XVIII para observar a origem do subdesenvolvimento das regiões do mundo subordinadas a essa nova estrutura social. Para Furtado,

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como

um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (Furtado, 2009, p. 161).

O subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, e não uma etapa por onde todas as economias desenvolvidas tenham passado necessariamente. Longe disso, é na relação entre diferentes estágios de desenvolvimento, afirma Furtado, que a sujeição é posta, “pois a empresa capitalista que penetra em uma região de velha colonização e estrutura econômica arcaica não se vincula, dinamicamente, a esta última, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerados não se integra na economia local” (Furtado, 2009, p. 163). Resumidamente, as corporações das economias desenvolvidas baseiam-se em territórios onde os custos de produção são inferiores, no entanto, as riquezas edificadas nesses locais não se traduzem em crescimento econômico interno ou desenvolvimento das capacidades produtivas locais. Daí surge a formação de economias “híbridas”, centros capitalistas independentes coexistindo pacificamente com estruturas arcaicas no mesmo ambiente.

O curioso nesse processo se dá na caracterização distinta na qual uma economia híbrida (subdesenvolvida) incide em sua própria dinâmica social. Ora, os trabalhadores do mercado internacional impactam, pelo caráter monetário, o sistema econômico regional, em especial no setor de consumo (Furtado, 2009, p. 166), porém, essa troca não acarreta uma mudança estrutural (Furtado, 2009, p. 167). Essa concomitância de modos de produção e de vida é possível devido a três setores da economia: atividades de subsistência com queda do fluxo monetário; atividades ligadas ao comércio exterior; e no terceiro, mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral. A estrutura subdesenvolvida, portanto, é imbuída de uma complexidade distinta maior que a pura presença de empresas estrangeiras em sistemas pré-capitalistas. Diz o economista: “A etapa superior do subdesenvolvimento é alcançada quando se diversifica o núcleo industrial e este fica apto a produzir parte dos equipamentos requeridos pela expansão de sua capacidade produtiva” (Furtado, 2009, p. 170).

### *1.2 Subdesenvolvimento e dependência: reinterpretações latino-americanas*

Para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1975), os conceitos “moderno” e “tradicional” para tipificar os modelos de formação social são insuficientes para abranger de forma precisa todas as situações sociais existentes e distinguir os componentes estruturais que definem o modo de ser de cada sociedade. Dessa forma, os autores oferecem uma maneira de

interpretar as mudanças sociais longe do etapismo, pois, mais importante que acreditar na possibilidade de desenvolvimento natural dos países subdesenvolvidos, é compreender o dinamismo pressionado por fatores externos, que desemboca em “peculiaridades estruturais” não desviantes (Cardoso; Faletto, 1975, pp. 19-20). Segundo os sociólogos, o desenvolvimento é resultado da interação de grupos e classes sociais “que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico” (Cardoso; Faletto, 1975, p. 21). Sendo assim, essa visão se diferencia da de Furtado à medida que expande o leque de interações e atores influentes na economia de uma nação, não apenas a figura dos modos de produção e os desdobramentos monetários da relação capital-trabalho. Ao remover o espontaneísmo dos sistemas econômicos, Cardoso e Faletto (1975) introduzem a dominação política no poder econômico.

Um dos pontos fundamentais da obra “Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica” é a distinção dos autores entre dependência e subdesenvolvimento. Para eles, “a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo” (Cardoso; Faletto, 1975, p. 127). Já o subdesenvolvimento caracteriza “um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente ou externamente” (Cardoso; Faletto, 1975, p. 127). Como é notável, os autores reivindicam o primeiro conceito, mas ressaltam que o processo capitalista supôs desde o início uma relação das economias centrais entre si e com as periferias (Cardoso; Faletto, 1975, p. 32). Finalmente, a formação dos Estados nacionais latino-americanos implicou, de acordo com os autores, um rearranjo da economia e da sociedade local (Cardoso; Faletto, 1975):

Por seu intermédio, os grupos que controlavam o setor produtivo-exportador das economias locais tiveram que assegurar vinculações e definir novas relações político-econômicas num duplo sentido: reorientando as vinculações externas na direção dos novos centros hegemônicos, e constituindo internamente um sistema de alianças com oligarquias locais que não estavam diretamente integradas ao sistema produtivo-comercializador ou financeiro voltado “para fora” (Cardoso; Faletto, 1975, p. 41-42).

Além disso, a definição das economias de enclave é central para investigar os traços dependentistas das economias latino-americanas. As atividades primárias controladas de forma

direta pelo exterior passaram a ditar a dinâmica das economias centrais e a subordinação do sistema produtor local (Cardoso; Faletto, 1975). Assim, nas economias integradas através dos “enclaves”, os sistemas econômico e político interrelacionam-se de três maneiras: na primeira, a produção é um prolongamento direto da economia central, ou seja, o controle das decisões de investimento vem de fora, e os lucros gerados vão para fora; também não existem conexões com a economia local, mas com a sociedade dependente desse sistema produtivo; e as relações econômicas são estabelecidas no âmbito dos mercados centrais e não o oposto (Cardoso; Faletto, 1975). A seguir, vê-se de que maneira essa interpretação da dependência socioeconômica se relaciona com a dialética de Ruy Mauro Marini.

Para além do que os teóricos da dependência mencionados acima acreditavam ser o transbordamento das implicações socioeconômicas do processo de integração das regiões periféricas ao capitalismo global, Marini conclui não apenas que o crescimento e as relações entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos eram distintos, mas também que é a partir dessa distinção que as nações do centro puderam desenvolver as próprias capacidades produtivas. Isto é, a partir do extrativismo e da persistente primarização das colônias latino-americanas chegaram ao “desenvolvimento”. Por isso, é importante não aderir à noção de “pré-capitalismo”, porque a economia dependente “não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas” pelas mesmas etapas (Marani, 1977, p. 2). A inserção da América Latina na economia capitalista foi resposta às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais (Marani, 1977, p. 6). Sendo assim, afirma Marini, o uso da violência política e militar em nações “débeis” se torna supérfluo, enquanto a exploração internacional “pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações” ((Marani, 1977, p. 9).

Daí seguem os três mecanismos da superexploração do trabalho, a saber, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho (Marani, 1977, p. 12). Pois é crucial entender que a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho, não apenas de seus frutos. Nesse sentido, Marini oferece o exemplo da escravidão como um modo de trabalho adaptável ao capital, portanto, não foi “acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus — como as minas de ouro e de prata do México e do Peru, ou as plantações de cana do Brasil — foram assentadas sobre o trabalho escravo” (Marani, 1977, p. 13).

É esta a razão pela qual, ao se subordinar uma economia escravista ao mercado capitalista mundial, o aprofundamento da exploração do escravo é acentuado, já que interessa, portanto, a seu proprietário reduzir os tempos mortos para a produção e fazer coincidir o tempo produtivo com o tempo de existência do trabalhador (Marani, 1977, p. 14).

A intenção de Ruy Mauro Marini é desmistificar o processo de formação do capitalismo dependente. Para ele, o movimento real da dependência vai da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto sobre a organização do trabalho nos países dependentes, e, por fim, ao problema da circulação (Marani, 1977, p. 16). A uma economia que se pretende independente no contexto latino-americano, é vital a criação de um modo particular de circulação. E compreender a especificidade dos ciclos do capital na economia dependente latino-americana significa, nos termos do economista, “iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial” (Marani, 1977, p. 16). A grande questão é que, na América Latina, a circulação está ligada ao mercado externo e desconectada da produção local. Logo, a tendência é a máxima exploração da força de trabalho, sem a preocupação de criar as condições para que o indivíduo reponha a mais-valia internamente (Marani, 1977, p. 17).

Sobre o processo de industrialização na região, Marini afirma que a compressão sobre o consumo individual do trabalhador diante da economia exportadora criou uma indústria débil, sujeita a volatilidades influenciadas por fatores externos (Marani, 1977). Devido a essa deficiência, a industrialização latino-americana compõe uma nova divisão internacional do trabalho (Marani, 1977). Ora, o progresso tecnológico nas economias dependentes subordina-se, então, ao objetivo de economizar a força de trabalho, e não ao aprimoramento de capacidades produtivas, como nas economias desenvolvidas do centro (Marani, 1977). Nas palavras de Marini,

[...] não podendo estender aos trabalhadores a criação de demanda para os bens supérfluos, e se orientando antes para a compressão salarial, o que os exclui de fato desse tipo de consumo, a economia industrial dependente não só teve de contar com um imenso exército de reserva, como também se obrigou a restringir aos capitalistas e camadas médias altas a realização das mercadorias supérfluas. Isso colocará, a partir de certo momento (que se define nitidamente em meados da década de 1960), a necessidade de expansão para o exterior, isto é, de desdobrar novamente - ainda que agora a partir da base industrial - o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial (Marani, 1977, p. 27).



## 2 As críticas feministas e as alternativas ao desenvolvimento

No artigo “Pensar desde el feminismo: Críticas y alternativas al desarrollo” (2010), Aguinaga *et al.* constroem uma avaliação feminista das teorias do desenvolvimento latino-americanas. Partindo da hipótese de Ester Boserup - o desenvolvimentismo como um sistema que exclui as mulheres -, as autoras afirmam que a divisão sexual do trabalho foi historicamente ignorada pelos teóricos, no sentido de que as mulheres estavam presentes no mercado de trabalho; como na agricultura e na produção de alimentos no “caso africano” (Aguinaga *et al.*, 2010, p. 56). Os anos 1980, no entanto, foram um período de expansão da questão do gênero no desenvolvimento (Aguinaga *et al.*, 2010, p. 58). “Gênero e desenvolvimento” é uma abordagem explorada pelas autoras como uma crítica à lógica hegemônica de que o crescimento econômico garantirá, *per se*, o empoderamento e a equidade entre homens e mulheres.

Para as feministas ligadas à teoria do desenvolvimento, o conceito significa “a gestão e utilização de recursos de uma forma socialmente responsável, a eliminação da subordinação de gênero e da desigualdade social, e a reestruturação organizacional necessária para alcançar esse objetivo” (Aguinaga *et al.*, 2010, p. 64). Nesse sentido, a desigualdade de gênero torna-se fundamental para a alternativa ao desenvolvimento, pauta que não era preocupação e nem foi considerada pelos cânones das teorias estruturalistas e dependentistas dos anos 1970.

Existem três tópicos de revisão centrais para compreender as diferenças de inserção das mulheres latino-americanas no processo de desenvolvimento. O primeiro deles é a crítica ao colonialismo. Segundo as autoras, “as feministas do Sul também criticaram as políticas de desenvolvimento como uma forma de continuação do colonialismo, destacando a sua desvalorização sistemática das atitudes e instituições tradicionais nos países ‘subdesenvolvidos’” (Aguinaga *et al.*, 2010, p. 64). Dessa forma, os feminismos pós-coloniais são imprescindíveis para pressionar as instituições e as organizações não governamentais na direção de uma política de integração que respeite as particularidades da cultura local e incentive a produção de práticas econômicas e sociais que considerem tais atividades. Para Spivak, por exemplo, os Estados em desenvolvimento “não estão apenas unidos pelo vínculo comum de profunda destruição ecológica, mas também pela cumplicidade entre aqueles que detêm o poder local e tentam levar a cabo o ‘desenvolvimento’, por um lado, e as forças do capital global, no outro” (Aguinaga *et al.*, 2010, p. 66). Por isso, mesmo com um olhar para o

regional, a dominação externa é potente o bastante para subordinar até mesmo as alternativas locais.

Os ecofeminismos, por sua vez, estão comprometidos, desde a contracultura da década de 1970, dizem as autoras, com a denúncia do “essencialismo” que afirma uma superioridade natural ou espiritual inata das mulheres (Aguinaga *et al.*, 2010). Sobre essa contraposição, as autoras chamam atenção principalmente para o papel mistificado atribuído às mulheres nativas:

Este ponto é fundamental se considerarmos que muitas vezes nos discursos sobre o bem viver, num essencialismo cultural, às mulheres indígenas acaba sendo atribuído o papel de guardiãs de sua cultura, usando vestimentas tradicionais, enquanto os homens ocidentalizam sua aparência para migrar para as cidades. Isto sem ao mesmo tempo assumir o compromisso político de criticar tudo o que produz desigualdades de gênero nas culturas (Aguinaga *et al.*, 2010, p. 67).

Outra abordagem crítica ao desenvolvimento é a apresentada pela economia do cuidado. Nessa linha, as feministas criticam a privatização e a individualização dos benefícios sociais sob o neoliberalismo e apelam a uma política pública de cuidados (Aguinaga *et al.*, 2010). Desse modo, propõem um desenho social e institucional com integração entre “os diferentes prestadores de forma a garantir uma solução coletiva para a procura de cuidados da sociedade” (Aguinaga *et al.*, 2010, p. 73), desonerando as mulheres do fardo da manutenção da reprodução social do capitalismo.

Para a socióloga argentina Veronica Gago, uma economia feminista é crucial para assimilar as formas específicas de exploração das mulheres e dos corpos femininos na sociedade capitalista (Gago, 2019), o que significa incorporar metodologicamente as mulheres e os corpos feminizados não como um capítulo à parte da análise econômica, mas a partir de uma perspectiva de reestruturação da própria análise. Um exemplo de revisão feminista do marxismo dado pela autora é o da escritora norte-americana Nancy Fraser. Usando o conceito de “morada escondida” de Karl Marx, Fraser afirma que o feminismo, o ambientalismo e o pós-colonialismo são as três experiências que repensam a análise marxista precisamente, porque incorporam esses trabalhos invisíveis de produção do conflito social no capitalismo contemporâneo (Gago, 2019, p. 128-129). A partir dessas abordagens, uma dupla função torna-se evidente para as teorias econômicas feministas: a primeira é a capacidade de diagnosticar as particularidades da exploração que “toma a reprodução como área central”, daí investigando e historicizando formas de “opressão, exploração e extração de valor” (Gago, 2019, p. 132); a segunda é a

experimentação da “diferença econômica em experiências e processos que constroem outras economias aqui e agora” (Gago, 2019, p. 132).

A preocupação de Gago é reinterpretar a obra marxiana para inserir esses conceitos-chave presentes no capitalismo contemporâneo. Por essa razão, sugere uma leitura inclusiva e uma reflexão sobre quem são os produtores de valor e o que configura a força de trabalho nas sociedades neoliberais. Essa luz é pertinente, pois as diferentes tarefas e a relação dos corpos com elas dão conta “de um diferencial de intensidade e reconhecimento”, o que torna as relações mais maleáveis e sujeitas a mudanças do que na figura tradicional do “sujeito trabalhador” (Gago, 2019, p. 133). As teorizações feministas, aliadas aos movimentos sociais por direitos às mulheres, argumentam que a exploração humana - tratada por Marx - é feita através da exploração das diferenças entre os indivíduos, tornando-os invisíveis, inferiores e desvalorizando-os politicamente (Gago, 2019, p. 134). Logo, Gago reivindica uma pauta de economias populares (alternativas ao desenvolvimento) do ponto de vista da economia feminista.

É a revolta que obriga a uma nova dinâmica de negociação com o sistema político, que se traduz numa certa forma de inclusão. A modalidade com que isso se faz a partir do ciclo dos governos ditos progressistas é através da financeirização da vida popular, que forma um cenário onde a produção de direitos e a inclusão social se efetivam por meio da mediação financeira (Gago, 2019, p. 141).

Para a teoria sociológica de Gago, é primordial inserir a economia feminista na disputa progressista contra a financeirização de todos os âmbitos da cultura e da reprodução social aventadas nas democracias neoliberais latino-americanas. Esse processo histórico se dá desde a colonização e foi abordado de forma sistemática pelos economistas e sociólogos do desenvolvimento e da dependência. O papel das alternativas feministas, portanto, é - tomando como ponto de partida que a América Latina está inserida no capitalismo global de maneira dependente e diferenciada quando comparada às economias desenvolvidas do centro - expandir o leque de direitos das mulheres com vistas ao fim da desigualdade de gênero e pressionar a política nacional e transnacional a outros modos de integração com a natureza, as culturas regionais e a completa reconstituição do sistema econômico vigente, pois, o modo de produção capitalista tem interesses opostos ao fim da pobreza, da desigualdade e da exploração do meio ambiente.

## Conclusão

Na teoria furtadiana, a industrialização é um movimento que acarreta mudanças estruturais na distribuição de renda e nas relações de convivência entre o arcaico e o moderno. O desenvolvimento econômico no mundo inteiro foi condicionado, segundo o economista, pelo cenário industrial europeu do século XVII. Esse núcleo dinâmico dividiu as economias nacionais para três direções: à elasticidade da mão de obra e a reorientação da tecnologia; ao deslocamento da economia industrial para além da Europa; e à expansão da economia europeia para regiões ocupadas pré-capitalistas, levando a rearranjos socioeconômicos particulares nos territórios. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto diferenciam a dependência e o subdesenvolvimento pelo grau de importância que cada abordagem atribui à dominação política. Assim, enquanto no subdesenvolvimento há uma crença etapista de que a evolução do sistema produtivo, por si só, é capaz de levar ao desenvolvimento, no conceito de dependência as condições de existência e funcionamento do sistema econômico e político estão condicionadas, tanto no plano interno quanto no externo. De outro modo, Ruy Mauro Marini afirma que uma economia independente no contexto latino-americano precisa de uma forma particular de circulação de produtos e serviços. Ora, admitindo a tese de Marini, de que modo as interpretações feministas devem ser inseridas para tratar da questão de gênero na economia?

Para Aguinaga *et al.*, há três tópicos de revisão para compreender a inserção das mulheres latino-americanas no desenvolvimento. O primeiro é a crítica ao colonialismo. Os feminismos pós-coloniais seriam fundamentais para pressionar instituições e organizações não governamentais para uma integração econômica que respeite a cultura local. O segundo tópico refere-se aos ecofeminismos, responsáveis pela denúncia ao “essencialismo” de leituras que acreditam na superioridade natural ou espiritual inata das mulheres, especialmente em mulheres nativas. Por fim, o olhar crítico ao desenvolvimento apresentado pela economia de cuidado. O neoliberalismo é o principal foco de crítica das autoras, que sugerem um desenho institucional com integração de diversos prestadores para garantir solução à busca por cuidados na sociedade. O objetivo é desonerar as mulheres do fardo da reprodução social do capitalismo.

Veronica Gago defende uma economia feminista na disputa contra a financeirização de todos os âmbitos da cultura e da vida social nas democracias latino-americanas. As alternativas feministas ao desenvolvimento têm a função de expandir os direitos das mulheres em direção ao fim da desigualdade de gênero e pressionar a política para novos modos de integração com a natureza e as culturas locais. Para isso, é necessário incorporar as mulheres e

os corpos feminizados na própria análise econômica, resgatando conceitos marxianos, como sugere Nancy Fraser com a concepção de “morada escondida” de Marx. Gago afirma que as teorias econômicas feministas têm duplo papel: diagnosticar as particularidades da exploração cuja reprodução é área central; e a experimentação da diferença econômica em experiências econômicas do “aqui e agora”.

O objetivo deste ensaio foi estimular um diálogo entre as teorias canônicas do desenvolvimento de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Ruy Mauro Marini e as alternativas feministas latino-americanas. Para tanto, explorou-se a análise histórica realizada por Furtado sobre a consolidação do capitalismo pós-Revolução Industrial e o transbordamento dos empreendimentos dos países industrializados aos territórios colonizados. Nesse ponto de vista, as estruturas arcaicas das sociedades subdesenvolvidas conviveram com as empresas desenvolvidas do centro.

Na primeira seção, realizou-se uma avaliação do estruturalismo furtadiano na obra “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”. Nela, adicionou-se a questão da dependência ao esquema histórico e econômico de Furtado com as interpretações de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Ruy Mauro Marini sobre o elemento sociológico da subordinação da periferia em relação às nações desenvolvidas.

Na segunda parte, abordou-se as revisões feministas que propõem alternativas ao desenvolvimento e levantam traços cruciais da desigualdade de gênero na reprodução social do capitalismo, em especial na realidade da América Latina. Nessa perspectiva, o desenvolvimento significa a gestão e a utilização de recursos com responsabilidade, o fim da subordinação de gênero e da desigualdade, e a reestruturação sociopolítica para alcançar tais finalidades. Para Gago, por exemplo, o problema do gênero não pode ser tratado como um capítulo à parte da teoria desenvolvimentista, mas deve ser incorporada de tal modo que seja capaz de reestruturar toda a maneira de compreender a dinâmica econômica das sociedades latino-americanas, internamente e no contexto internacional.

## Referências

AGUINAGA, Margarita; LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia; SANTILLANA, Alejandra. Pensar desde el feminismo: Críticas y alternativas al desarrollo. In: LANG, M.; MOKRANI, D. **Más allá del desarrollo**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, Abya Yala, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GAGO, Veronica. **La potencia feminista o el deseo de cambiarlo todo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: out. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**. A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2021.

## Development and addiction, a feminist review

**Abstract:** In regions with slave and colonial heritage, structuralism and dependency theory are developments interested in generating “development” in a way that is particular to each country's needs and social organization, recognizing the power dynamics between global States. Developmental literature, however, lacked interpretations that would insert the issue of gender into social production relations. This text aims to conduct a theoretical review of the canons of development theories in dialogue with feminist approaches. To this end, I will analyze texts by Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso and Enzo Faletto, Ruy Mauro Marini, Veronica Gago, and Margarita Aguinaga et al. In the first section, I will evaluate Furtadian structuralism in the work “Development and Underdevelopment”. It is not the objective to completely reject the author's theoretical and historical framework, mainly due to the richness in the construction of the arguments. The second section will be responsible for inserting a feminist bias into the authors' assessment, whereby the sexual reproduction of work and the responsibility for care with gender distinction are inserted into the sphere of social reproduction, in the economic vision of capitalist societies.

**Keywords:** Development; dependency; feminism; Veronica Gago; Celso Furtado.

Recebido: 30 março 2024

Aprovado: 04 maio 2024